Gostaria de, inicialmente, agradecer a Deus pela oportunidade que me concede de mais uma vez servir à instituição do Ministério Público, ocupando o relevante cargo de Ouvidor-Geral.

Meus agradecimentos, também, ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça pelo mandato que me foi conferido.

A Constituição Federal de 1988 abriu caminhos para a participação do cidadão na gestão das políticas públicas. E foi através da Emenda Constitucional nº 45/2004, art. 130-A, que se previu a criação das Ouvidorias do Ministério Público.

Coube à Lei Estadual nº 6.849, de 02/05/2006, posteriormente modificada pela Lei Estadual nº 8.018, de 08/07/2014, criar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a nossa Ouvidoria Geral, o que ocorreu na gestão do eminente Procurador Geral de Justiça da época, Dr. Francisco Barbosa de Oliveira, a quem, neste momento, presto minhas homenagens por este grande feito.

Conforme já dito, em outra oportunidade, a Ouvidoria Geral não pratica atos de execução, ou seja, sua atuação não concorre com a Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral do Ministério Público, nem com os demais órgãos da administração superior.

A Ouvidoria-Geral conta, em nossos dias, com uma ferramenta poderosa em favor dos seus beneficiários, que é a Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação), que regula o inciso XXXIII, do art. 5ª da Constituição Federal, *in verbis*:

“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”

Convém destacar, também, como ferramenta importante em favor do cidadão a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, com suas devidas alterações e demais regramentos previstos em nosso ordenamento jurídico.

A Ouvidoria-Geral atua como um canal de ligação entre o Ministério Público, o cidadão e demais entidades representativas da sociedade, contribuindo para elevar os padrões de transparência, presteza e

segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da instituição.

A Ouvidoria-Geral tem como competência precípua receber, examinar e encaminhar representações, denúncias, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público.

É importante destacar que essas demandas do cidadão podem ser consideradas indicadores aptos a subsidiar a tomada de decisões pelo gestor, conseqüentemente ensejando a elaboração do nosso planejamento estratégico.

Tanto a Ouvidoria Pública quanto o Ministério Público tem o cidadão como foco, pois agem em busca da realização de políticas sociais, defesa e promoção dos direitos sociais, fundamentais e humanos, garantem a prestação dos serviços públicos de qualidade, priorizando a promoção da cidadania, o bem-estar e a dignidade do ser humano.

Ouvir é servir e, para tanto, a Ouvidoria-Geral precisa ir cada vez mais ao encontro do cidadão, procurando conhecer os seus anseios, buscando soluções de forma a contribuir para o estado democrático de direito, o seu fortalecimento e a credibilidade junto à sociedade.

Julgo importante ressaltar que a Ouvidoria-Geral, na busca de alcançar seus desideratos, Dr. Gilberto Valente Martins, precisa do empenho dos seus servidores e do apoio de todos os órgãos que compõem a administração superior do Ministério Público.

Como disse por ocasião da eleição, e volto a repetir, a primeira Vice Ouvidora-Geral, a Promotora de Justiça Dr^a. Silvia Regina Messias Klautau, e o segundo Vice Ouvidor-Geral, Dr. Cláudio Bezerra de Melo, compartilharão comigo suas experiências institucionais, contribuindo com o cumprimento de um mandato que, rogamos a Deus, seja profícuo.

A todos, em meu nome e dos Vice Ouvidores-Gerais, muito obrigado.